

1 ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
2 RECURSOS HIDRICOS – CEHIDRO.

3 Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às 09h 15min no
4 Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 14ª Reunião Extraordinária do
5 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação
6 da Ata da 39ª Reunião Ordinária; Informes: Posse dos Conselheiros da AESA;
7 Apresentação do Veículo Leve sobre Trilho pela SECOPA; Apreciação da Minuta de
8 Revisão da Lei nº 6.945/97 - Título III – Infrações e Penalidades; Assuntos Gerais. A
9 reunião foi presidida pelo Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, Secretário de Estado do
10 Meio Ambiente, assessorado pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário
11 Executivo do CEHIDRO e pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a
12 presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Liane Borges de Deus, representante da
13 SEDTUR; Sras. Telma Luzia Monteiro e Vera Lúcia Dias Lopes, representantes da SES;
14 Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sr. Luiz Airton Gomes,
15 representante da UFMT; Sr. Fernando Shirashi, representante da ABES; Sra. Lilian
16 Fátima de Moura Apoitia, representante da ABAS; Sr. Archimedes Pereira Lima Neto,
17 representante do CREA; Sr. Leopoldo Pires de Castro e Sra. Luciana Lusía da Silva
18 Calçada Barreto, representantes da CAB; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante
19 da FIEMT; Sr. Joilson José Fonseca da Silva, representante da Vitória Régia; Sr. Edson
20 Eugênio Bruemuller, representante do Refrigerantes Marajá; Sr. Marcio Roberto Queiroz
21 Gonçalves, representante da AESA. O Secretário iniciou a reunião convidando o
22 Secretário Extraordinário da Copa do Mundo FIFA 2014, Sr. Mauricio Souza Guimarães,
23 para integrar a mesa e colocando em apreciação a Ata da 39ª Reunião Ordinária do
24 Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma
25 alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário colocou em votação a Ata da 39ª
26 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por
27 unanimidade. O Secretário passou aos informes, colocando aos conselheiros que o
28 Estado trouxe o Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica a Cuiabá em 2012 e
29 que para a realização de um evento deste porte existem determinados ritos que devem
30 ser seguidos, destacando que o primeiro deles é o Lançamento Oficial do XIV ENCOB,
31 que ocorrerá no dia 20 de agosto de 2012, às 09h no Auditório Clóves Vettoratto, no
32 Palácio Paiaguas, ponderando que é de fundamental importância a participação de todos
33 os conselheiros. Ponderou ainda que este é um evento do Estado de Mato Grosso, e não
34 realizado somente pela SEMA. Em seguida colocou aos conselheiros que no dia 23 de

agosto de 2012 das 9h às 18h, no Auditório Deputado Milton Figueiredo, da Assembleia Legislativa, o Seminário “REDD+ em Mato Grosso: rumo à implementação”, colocando que há quatro anos a SEMA trabalha para a implementação do REDD+ no Estado e que a realização deste seminário é uma grande conquista, a qual não seria possível sem a colaboração do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas (FMMC). Dando continuidade, o Secretario colocou aos conselheiros que em atendimento ao Regimento Interno do CEHIDRO, especificamente ao Artigo 18 deste, a Flora Sinop LTDA, por ter mais de duas faltas consecutivas será substituída pela Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas de Mato Grosso - AESA, apresentando o Sr. Marcio Roberto Queiroz Gonçalves, representante titular da AESA e empossando o mesmo no CEHIDRO. Em seguida, passou a palavra ao Secretario da SECOPA, que colocou que o Grupo VLT conseguiu juntamente com outras obras vinculadas a Copa do Mundo, um modelo diferenciado de contratação, o RDC, e o mais sensato seria ter-se a mesma atenção aos processos de licenciamento, de forma a agilizar a obtenção das licenças, porem sem deixar de se atender a todas as exigências legais e ambientais. O Secretario da SEMA colocou aos conselheiros que será realizada uma apresentação sobre o Veiculo Leve sobre Trilhos – VLT, o modal de transporte que será instalado em Cuiabá e Várzea Grande, e passou a palavra ao Sr. Fernando Orsini. O Sr. Fernando Orsini iniciou colocando aos presentes que está feliz em apresentar o VLT ao CEHIDRO e que o mesmo será entregue à população de Cuiabá dentro do prazo, sendo entregue ate o dia 13 de março de 2014, quando se entrará na fase de testes e ajustes do mesmo. Apresentou aos conselheiros um vídeo sobre a candidatura do Brasil como sede da Copa 2014 e de Cuiabá como uma das Cidades-Sede, destacando as vantagens que o VLT deve propiciar à esta. Colocou que o VLT entrou para a matriz de responsabilidade de Cuiabá para a Copa de 2014 e para que se consigam entregar todas as obras que integram esta matriz no prazo se esta utilizando um Regime Diferencial de Contratação, destacando que para as obras avancem os processos de licenciamento ambiental relacionados devem ser céleres. Deu continuidade apresentando as empresas que compõem o consorcio, as características deste tipo de transporte e as especificidades do VLT que deverá ser implantado em Cuiabá, bem como o trajeto do mesmo. Passou a palavra ao Sr. Ricardo Mastrageli, que participou do processo de licenciamento ambiental, o qual colocou que quando começaram a desenvolver o trabalho surgiu o desafio de não se receber um projeto finalizado, mas sim ter a possibilidade de contribuir para que o mesmo se tornasse mais ambientalmente sustentável, destacando que durante o projeto

69 foram identificados corredores ambientais e uma fauna muito rica em fragmentos
70 ambientais dentro da área do projeto, a qual é essencialmente urbana. Colocou ainda que
71 as obras já se iniciam com as emissões de carbono neutralizadas, no projeto de REDD
72 das cabeceiras do Rio Cuiabá e que durante a elaboração do EIA/RIMA foi inserido dentro
73 do mesmo o Estudo de Impacto de Vizinhança e seu Relatório – EIV/RIVI. Passou a
74 palavra para a Conselheira Alessandra Panizi, que colocou aos conselheiros que o
75 EIA/Rima será finalizado posteriormente, por isso não será apresentado ao CEHIDRO
76 neste momento, colocando que durante o licenciamento ambiental, foi feito um termo de
77 cooperação técnica entre a SEMA, a Prefeitura de Cuiabá e a Prefeitura de Várzea
78 Grande, as quais elaboraram em conjunto o Termo de Referência para o licenciamento do
79 VLT e que estão acompanhando a equipe técnica da empresa durante o processo de
80 licenciamento ambiental do VLT, de forma a atender ao RDC e se dar a celeridade
81 necessária ao processo para que o mesmo possa ser concluído dentro do prazo
82 estabelecido. Destacou que as obras que podem ser vistas pela cidade são obras de
83 modalidade urbana, já licenciadas e que o VLT é também uma obra de mobilidade urbana
84 que encontra-se porém ainda em processo de licenciamento, ponderando que foi feito um
85 EIA, já com o EIV incluído, o qual está sendo analisado pela equipe do termo de
86 cooperação e pela equipe técnica da empresa, para se elaborar conjuntamente um
87 projeto básico ambiental e posteriormente obter a LO. Passou a palavra ao Sr. Fernando
88 Orsini, o qual apresentou o legado que ficará para Cuiabá e Várzea Grande e finalizou a
89 apresentação apresentando aos conselheiros o jingle do VLT e agradecendo a
90 oportunidade. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que seria o responsável
91 pela condução da reunião pois o Secretário da SEMA precisou se ausentar e abriu para
92 perguntas, ponderando que o Regime Diferenciado de Contratação é fundamental em
93 obras com esta característica de interesse social e com um prazo determinado, pois
94 garante a agilidade necessária para que se possa cumprir o prazo de entrega da mesma.
95 A conselheira Telma Monteiro questionou se foi dada publicidade ao Termo de
96 Referência, ao que a conselheira Alessandra Panizi colocou que esta disponível no site
97 da SECOPA, dentro do edital para o VLT. O conselheiro Edson Bruemuller colocou que
98 existe uma expectativa da população para a entrega do VLT, uma vez que é um prazo
99 curto e que outras obras já iniciadas ainda não foram concluídas, destacando que se
100 espera que com o RDC o VLT saia mais barato do que sairia em um regime normal. O
101 conselheiro Luiz Airton colocou que há muitas dúvidas na população quanto ao uso do
102 VLT, que seriam importantes de serem sanadas, ponderando ainda que quanto aos

103 prazos é necessário que todos envolvidos deem a mesma informação, pois quando se diz
104 que o prazo é 630 dias, se contarmos a partir de hoje será finalizado em agosto de 2014,
105 após a copa. O Sr. Fernando Orsini colocou que o contrato foi assinado no dia 20 de
106 junho de 2012, sendo o prazo de 630 dias contado a partir do dia 21 de junho de 2012,
107 devendo ser concluído no dia 13 de março de 2014. O Conselheiro José Ferraz colocou
108 que é importante se fazer um trabalho junto ao Ministério Público, para que não ocorram
109 mais confusões, como ocorreu em relação aos prazos, ao que o Sr. Fernando Orsini
110 respondeu que esta é uma atribuição da SECOPA e não do consorcio, ponderando que o
111 MP foi convidado para todas as audiências, tendo sido feita inclusive apresentações
112 específicas para que eles tomassem conhecimento do processo. O conselheiro José
113 Ferraz questionou se não tem como se contatar a OAB para que sirva de intermediário
114 neste caso, ao que a conselheira Alessandra Panizi respondeu que já existe um parecer
115 da OAB sobre o assunto, mas que esta é uma postura do MP, muitas vezes motivada por
116 desconhecimento técnico. O conselheiro Luiz Airton questionou se não se tem nenhuma
117 área de integração no decorrer da linha 2, ao que o Sr. Fernando Orsini respondeu que
118 não, sendo colocado pelo Sr. Ricardo Mastrageli colocou que a integração é feita com os
119 ônibus tangenciando a estação do VLT. O Sr. Fernando Orsini informou aos conselheiros
120 que esta sendo verificada a questão da dedução dos impostos e que o Estado possui o
121 recurso necessário para a execução do VLT, o que é importante pois sem o recurso não é
122 viável realizar uma obra deste porte. O Secretario Executivo colocou que como cidadão,
123 quando se tem uma obra deste porte, os transtornos são tolerados enquanto se vê que a
124 mesma esta sendo realizada, porem quando a mesma encontra-se parada, a população
125 acaba sendo contra. O Sr. Fernando Orsini colocou que as obras devem se iniciar neste
126 mês ou em setembro. O Sr. Ricardo Mastrageli colocou que quando se finalizar as obras
127 será deixado para Cuiabá um projeto paisagístico, destacando que durante as obras
128 ocorreram impacto grande inclusive com a supressão de arvores, porem o mesmo será
129 suprido pelo projeto paisagístico, o qual será mais adequado ao meio urbano que a
130 situação atual. O Secretario Executivo agradeceu a apresentação e deu continuidade à
131 reunião informando aos conselheiros que a reunião da CTGPar que estava marcada para
132 hoje no período da tarde será reagendada, devido a uma necessidade da
133 Superintendência de resolver pendências junto ao Gabinete do Governador em relação ao
134 lançamento do XIV ENCOB, que ocorrerá no dia 20 de agosto. Continuou informando aos
135 conselheiros que a SEMA encontra-se com problema de contingenciamento, destacando
136 que devido a isto foi vetada a ida do Secretario Executivo à reunião do MMA/SRHU, onde

137 seria discutido o repasse financeiro para Planos de Recursos Hídricos para os estados
138 que ainda não o possuem e outras iniciativas para os Estados que possuem o Plano,
139 podendo atender o Mato Grosso em seus planos de Bacias Hidrográficas, bem como a
140 ida de uma técnica da SURH para um curso da ANA em Recife, para a capacitação em
141 Fiscalização de Barragens, destacando que a Lei 12.334/2010 entra em vigor a partir do
142 dia 20 de setembro, sendo o objetivo deste curso proporcionado pela ANA fazer um
143 nivelamento para os estados de forma que os mesmos possam assumir suas
144 responsabilidades frente a esta lei. Colocou ainda aos conselheiros que foi publicado no
145 diário oficial do dia 15 de agosto a Resolução nº 55 do CONSEMA, que permite o
146 lançamento de efluentes tratados em galerias de águas pluviais, colocando que a
147 sugestão da Secretaria Executiva, após questionamento dos conselheiros, é de isto ser
148 apreciado na próxima reunião, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando continuidade
149 à pauta, o Secretario Executivo passou à apreciação da minuta de alteração da Lei
150 6.945/97, colocando que ficou acordado que seria discutido somente o Título III – das
151 infrações e penalidades, sendo enviado pelo conselheiro Bathilde Abdala e pela
152 conselheira Alessandra Panizi uma proposta de artigos baseada nas legislações
153 ambientais vigentes, passando a palavra à conselheira Alessandra Panizi. A conselheira
154 Alessandra colocou que se seguiu um padrão para a elaboração dos artigos, e procedeu
155 à leitura do Art. 33, ponderando que os valores estão em reais porem devem ser
156 convertidos para UPF – Unidade Padrão Fiscal posteriormente. O Secretario Executivo
157 sugeriu que se substituisse a cobrança pelo uso da água pelo plano de bacia, uma vez
158 que este é implementado primeiramente na bacia, o que foi aprovado pelos conselheiros.
159 O conselheiro Joilson Silva questionou se não seria mais adequado se colocar um valor
160 específico ao invés de um intervalo no valor da multa, ao que a conselheira Alessandra
161 Panizi respondeu que é necessário se deixar um intervalo porque depende da extensão
162 do dano. O conselheiro Leopoldo Castro colocou que não se pode deixar tão subjetiva a
163 gradação do dano, ao que a conselheira Alessandra Panizi respondeu que esta gradação
164 poderá ser feita posteriormente em resolução do CEHIDRO. A conselheira Telma
165 Monteiro ponderou que quando se coloca a gradação a fiscalização muitas vezes fica
166 amarrada e é no local que se tem uma real ideia do dano, questionando se a fiscalização
167 da SEMA participou da discussão, sendo respondida pela Secretaria do CEHIDRO que
168 foram convidados mas não compareceram. A conselheira Alessandra Panizi finalizou a
169 leitura dos artigos, sendo a minuta de artigos para o Título III – das infrações e
170 penalidades, enviadas pelo conselheiro Bathilde Abdala e pela conselheira Alessandra

Panizi aprovada por todos os conselheiros presentes. O Secretario Executivo colocou que estes artigos serão colocados na minuta de alteração da Lei 6.945/97, tendo os valores transformados em UPF, e dado o encaminhamento para ser enviado à Assembleia Legislativa. A conselheira Alessandra Panizi colocou aos conselheiros que acabou de ser informada que o Plano Nacional de Saneamento Básico já esta disponível no site do Ministério das Cidades e solicitou à Secretaria Executiva que encaminhasse o link aos conselheiros por email. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 43min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 20/09/2012.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*